



**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

DATA: 30 DE ABRIL DE 2024

HORÁRIO: 11:30 HORAS

## ÍNDICE

<b>Anexo I</b>	<b>Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência</b>	<b>10</b>
<b>Anexo II</b>	<b>Informações dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para o Conselho de Administração .....</b>	<b>42</b>
<b>Anexo III</b>	<b>Informações sobre a remuneração dos administradores, nos termos da seção 8 do Formulário de Referência</b>	<b>69</b>

**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2024

Senhores Acionistas,

A administração da Grupo de Moda Soma S.A., companhia aberta, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.285.590/0001-08 ("Companhia") apresenta aos Senhores Acionistas a presente Proposta da Administração, contendo as informações exigidas pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:30 horas ("AGO"), de forma exclusivamente digital, que será considerada realizada na sua sede social, conforme Edital de Convocação da Assembleia disponibilizado nos *websites* da Companhia ([www.somagrupocom.br/investidores](http://www.somagrupocom.br/investidores)), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Informamos que a ordem do dia da AGO será a seguinte:

- (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia;
  - (ii) fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026;
  - (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026;
- e

(iv) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO, considerando as deliberações em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2024, e do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças estatutário, em reunião realizada em 25 de março de 2024.

MARCEL SAPIR

Presidente do Conselho de Administração

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia.

A administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia. As referidas demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes da Companhia, foram devidamente apreciados pelo Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia, bem como aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 25 de março de 2024, respectivamente.

Vale notar que Ernst & Young Auditores Independentes S.S, na qualidade de auditor independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Ademais, a administração recomenda a V.Sas. examinar detalhadamente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, bem como os demais documentos acima mencionados, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V.Sas. nos *websites* da Companhia ([www.somagrupos.com.br/investidores](http://www.somagrupos.com.br/investidores)), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

De acordo com o disposto no artigo 10º, inciso III, da Resolução CVM 81, a Companhia informa aos acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, estão previstos no Anexo I desta Proposta da Administração.

A Administração esclarece que, conforme demonstração do resultado do exercício constante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízo no valor de R\$1.617.129.459,35 (um bilhão, seiscentos e dezessete milhões, cento e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos), que será integralmente absorvido pelas reservas de lucros, pela reserva legal e pela reserva de capital da Companhia, conforme consta da demonstração do patrimônio líquido das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Por fim, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27/09/2011, no Processo CVM RJ2010/14687, as companhias que apurarem prejuízo no exercício social estão dispensadas de apresentar as informações indicadas no Anexo 9-1-II da antiga Instrução CVM nº 481/2009, atual Anexo A da Resolução CVM 81.

2. Fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026.

O Conselho de Administração da Companhia compõe-se de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição, nos termos do artigo 16 do estatuto social da Companhia e do artigo 140 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

A Administração propõe que o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026, seja composto por 8 (oito) membros.

3. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026.

A Administração da Companhia propõe a seguinte chapa para composição dos membros efetivos do Conselho de Administração para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026:

<b>Candidato</b>	<b>Cargo</b>
Marcel Sapir	Presidente e Conselheiro Independente
Fabio Hering	Vice-Presidente
Roberto Luiz Jatahy Gonçalves	Conselheiro
Marcello Bastos	Conselheiro
Maria Laura Tarnow	Conselheira Independente
Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho	Conselheiro Independente
Gisela Dantas Rodenburg	Conselheira Independente

Ruy Kameyama	Conselheiro Independente
--------------	--------------------------

Em observância ao disposto no artigo 11, I da Resolução CVM 81, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo II desta Proposta, as informações dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos mencionados acima para o Conselho de Administração.

Conforme declarações de independência fornecidas pelos candidatos, o Conselho de Administração confirma que os Srs. Candidatos, Marcel Sapir, Maria Laura Tarnow, Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho, Gisela Dantas Rodenburg e Ruy Kameyama, se enquadram nos critérios de independência previstos no regulamento do Novo Mercado da B3 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80”), atendendo às características de membros independentes. Tal enquadramento deverá ser confirmado pela Assembleia Geral que os eleger.

A administração da Companhia esclarece que os candidatos ora indicados (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram indicados, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.

A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições do estatuto social da Companhia, aos artigos 141 e 147 da Lei das S.A., da Resolução CVM 81, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 70”), observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade.

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, nos termos do estatuto social e da regulamentação vigente, devendo encaminhar ao Conselho de Administração, juntamente com a proposta de chapa, as informações solicitadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

Além disso, os acionistas não controladores também poderão solicitar a eleição em separado de membro para o Conselho de Administração, desde

que preencham os requisitos previstos no art. 141, §§4º e 5º da Lei das S.A. A Administração esclarece, ainda, que os acionistas somente poderão participar da eleição em separado com as ações que detiverem, de forma ininterrupta, durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia.

4. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A administração propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R\$ 47.661.494,27 para o período compreendido entre janeiro de 2024 a dezembro de 2024.

- Comparação entre a remuneração proposta para este exercício e a efetivamente realizada no exercício anterior

O valor global proposto para a remuneração dos administradores de até R\$ 47.324.179,05, representa um aumento de aproximadamente 89,6% (oitenta e nove virgula seis por cento) frente à remuneração global efetiva dos administradores I no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A variação reflete o reajuste da remuneração, inclusive em razão de alinhamento dos salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado, bem como o programa de remuneração baseado em ações da Companhia, além do bônus de retenção dos Administradores conforme mencionado abaixo, e visa compatibilizar o alinhamento dos administradores com os objetivos dos acionistas e com a estratégia socioeconômica da Companhia, ao mesmo tempo que busca compensar os administradores e reconhecer e manter profissionais de alta performance.

Com relação à remuneração efetivamente paga no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o comparativo dos valores é o seguinte:

<b>Órgão</b>	<b>Remuneração Efetiva em 2023</b>	<b>Limite proposto para 2024</b>	<b>Motivos da Diferença</b>
Diretoria	22.280.409,14	44.027.806,98	Ajuste proposto a partir do estudo de competitividade de remuneração dos executivos. A adequação proposta tem o objetivo de colocar os executivos na faixa de acordo com seus escopos e complexidades de atuação,

			além do bônus de retenção mencionado abaixo.
Conselho de Administração	2.673.787,20	3.296.372,07	Ajuste proposto a partir do estudo de competitividade de remuneração dos conselheiros. A adequação proposta tem o objetivo de colocar os conselheiros na faixa de acordo com seus escopos.
Total Global	24.954.196,34	R\$ 47.324.179,05	-

A remuneração proposta para os administradores para o exercício social de 2024 inclui um montante relativo ao pagamento de um bônus de retenção a administradores da Companhia no contexto da junção dos negócios da Companhia com a Arezzo Indústria e Comércio S.A. (“Arezzo”) e unificação das respectivas bases acionárias, conforme o item 2.2.3 do Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado em 4 de fevereiro de 2024, entre a Companhia, Arezzo e seus respectivos acionistas de referência.

Adicionalmente, em observância ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações da seção 8 do Formulário de Referência no Anexo III desta Proposta da Administração.

**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

**Anexo I**

**Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência**

*(Para os fins do artigo 10, inciso III, da Resolução da CVM nº81/2022)*

(O anexo segue nas páginas seguintes)

(Restante da página intencionalmente em branco)

## **2. Comentários dos diretores**

### **2.1 – Os diretores devem comentar sobre:**

#### **(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais**

Os diretores da Companhia apresentam neste item do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises construídas com base nas demonstrações contábeis combinadas do Grupo Soma, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Soma, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Soma, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Salientamos ainda que, para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos ao Grupo de Moda Soma S.A., e o termo “Grupo Soma” é usado para tratar as informações combinadas de suas 11 marcas para os períodos reportados: Animale, FARM, FARM Global, Fábula, Foxton, Hering, Cris Barros, Maria Filó, NV, Dzarm e Off Premium.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 2.1 foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 2023, o Grupo SOMA atingiu receita bruta de R\$ 6,2 bilhões, alta de 10% vs. 2022. A margem bruta ajustada alcançou 57,5%. No ano, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 809 milhões, com margem EBITDA ajustada de 15,1%. O lucro líquido ajustado totalizou R\$ 370 milhões e a

margem líquida foi de 6,9%. Encerramos o ano com 1.068 lojas (378 lojas próprias e 690 franquias), e uma base ativa de 5,9 milhões de clientes, crescimento de 7,8% na comparação com o 4T22. No canal de atacado, encerramos o ano com cerca de 14 mil multimarcas.

Analisando a receita bruta de 2023, todas as marcas e canais apresentaram crescimento de vendas vs. o mesmo período do ano anterior. Na análise da performance entre os canais, nosso DTC cresceu 11% frente à forte base de comparação de 2022, atingindo receita de R\$ 3,5 bilhões e um share de 56% da receita bruta total. Conforme antecipado na divulgação de resultados de 2022, e de acordo com a nossa expectativa para o ano, o atacado foi o canal com maior crescimento, atingindo receita de R\$ 1,9 bilhão, alta de 13% vs. 2022 e participação de 31% na receita bruta total (+1 p.p. vs. 2022). A Companhia segue com forte ganho de market share neste canal, decorrente de uma boa qualidade de entrega e manutenção do sell-out, mesmo com a piora do cenário macroeconômico que atinge diretamente as multimarcas.

Durante o ano de 2023, mesmo frente à forte base de comparação de 2022, novamente todas as marcas do grupo, sem exceção e independente do tamanho e grau de maturidade, apresentaram crescimento, provando que o modelo de plataforma aceleradora de marcas tem funcionado com eficiência, entregando um CAGR<sup>1</sup> ex-Hering de 25% no período de 2019-2023.

No que diz respeito às marcas, novamente a FARM foi destaque de crescimento, atingindo receita bruta recorde de R\$ 1,3 bilhão em 2023, alta de 13% vs. 2022, mesmo frente à forte base de comparação de 2022 (CAGR 4Y<sup>1</sup> de 21%). A marca segue expandindo sua base ativa de clientes, com alta de 9% vs. 2022, e já ultrapassou a marca dos 900 mil clientes, indicando contínuo ganho de market share. Em 2023, seguimos com nosso plano de expansão física, abrimos 15 lojas, sendo 8 lojas no 4T23, e encerramos o ano com um total de 104 lojas, que, em sua maioria, possuem incentivos de *allowance* e menores custos de ocupação. Considerando o tamanho do mercado em que atua, nosso entendimento é que a marca possa atingir 150 lojas em 2 ou 3 anos. A presença da marca em novas localidades no Brasil amplia seu alcance, expande a base de clientes e cria oportunidades de crescimento no e-commerce e de abertura de novas multimarcas.

A operação internacional da FARM, a FARM Global, que é um dos principais vetores de crescimento da Companhia, encerrou o ano com receita bruta de USD 117 milhões, alta de 24% vs. 2022. A base ativa de clientes também segue crescendo e atingiu mais de 190 mil clientes, crescimento de 30% frente ao ano anterior. O canal de atacado nos EUA atingiu alto giro no sell-out nas lojas de departamento, colocando a FARM mais uma vez entre as marcas mais desejadas. No entanto, dado o histórico recente de excesso de estocagem nas lojas de departamento, as buyers tiveram em 2023 um budget de compra global mais restrito, com pouco espaço para reposições in-season, fazendo com que o crescimento sell-in deste canal fosse mais moderado (+14% em USD vs. 2022). Já o varejo físico, segue com boa tendência de crescimento, atingindo um SSS de 17% em 2023. Na Europa, a FARM ampliou sua capilaridade em 2023. Em fev/23, a marca abriu 8 corners na Rinascente, em Milão, e abriu concessions na Printemps e Samaritaine. No 2T23, além da pop-up permanente no Le Bon Marché, a FARM voltou ao espaço de 200m<sup>2</sup>, que trouxe notoriedade e abriu as portas em 2022 para a marca na Europa. Em setembro de 2023, a FARM Global inaugurou seu espaço permanente na Liberty, que

contou com ativações de destaque na mídia, entre elas a instalação das vitrines e a montagem de uma árvore no átrio central da loja. Ao final de dezembro, abrimos a loja de Londres, trazendo uma flagship para a cidade, que hoje já representa o segundo maior faturamento do canal digital. Os volumes de investimentos em marketing foram relevantes em 2023, bem como algumas despesas não recorrentes, que são naturais nessa fase inicial, e fizeram com que a operação europeia não atingisse seu break-even.

A Animale registrou um crescimento de 9% na receita bruta em relação a 2022 (CAGR 4Y<sup>1</sup> de 10%). Uma marca de sucesso e com foco em sua perenidade precisa estar sempre em movimento, explorando oportunidades de crescimento, atualizando produtos e antecipando tendências. A reestruturação e o reposicionamento trouxeram incremento nas vendas em algumas praças, especialmente em São Paulo, que é um mercado-chave para a marca. No entanto, houve um desafio em relação às vendas no Rio de Janeiro e na região Nordeste, que ficaram abaixo do planejado em 2023.

No que diz respeito à NV (CAGR 4Y<sup>1</sup> de 45%), a receita bruta cresceu 12% em 2023. Foi um ano de reestruturação operacional da marca, em que migramos a sua cadeia de fornecimento para uma cadeia capaz de sustentar seu crescimento e ajustamos todo o seu calendário criativo. Em 2023, a NV operou com recebimento dos produtos fora do prazo de lançamento das coleções, que a levaram a períodos de demarcação e liquidação mais longos do que os observados nos anos anteriores. Entretanto, ao final do ano, a marca já alcançou uma melhora operacional importante. Foram abertas duas novas lojas em dezembro de 2023 e a marca seguirá ampliando seu footprint de acordo com sua evolução operacional.

A Maria Filó (CAGR 4Y<sup>1</sup> de 1,2%), que passou por uma sucessão criativa em 2022, recebeu, a partir de julho de 2023, as primeiras coleções da nova equipe (Verão e Alto Verão). Considerando o segundo semestre de 2023, a receita bruta da Maria Filó cresceu 25% na comparação com o mesmo período do ano anterior, com forte aumento do mark-up e alcançando um dos maiores crescimento entre as marcas da Companhia vs. 2S22. Em 2023, a marca cresceu 13% em relação a 2022, sem adição líquida de lojas.

A Cris Barros fecha mais um ano em um ciclo extremamente virtuoso, entregando ótimas coleções de forma recorrente, com forte geração de desejo e alcançando crescimento de duplo dígito alto. A receita bruta da marca cresceu 42% em 2023 (CAGR 4Y<sup>1</sup> de 13%), atingindo R\$ 170,9 milhões.

A Foxton registrou alta de 25% na sua receita bruta de 2023 (CAGR 4Y<sup>1</sup> de 35%). Após mudanças no time interno de estilo e comunicação com o objetivo de acelerar seu crescimento, a marca chegou ao final de 2023 com 32 lojas físicas e um share ainda pequeno de receita no canal digital e no atacado, frente ao seu enorme potencial de mercado.

A receita bruta da Hering cresceu 5% no ano em comparação a 2022 (CAGR 4Y<sup>1</sup> de 8%). Os canais próprios cresceram 12%, com lojas próprias crescendo 13% e digital crescendo 11%. Já os canais B2B cresceram 2% - composto pelo atacado, que teve alta de 4%, e pelas franquias, que

caíram 1% vs. o mesmo período do ano anterior. O baixo crescimento dos canais B2B é explicado pela postura conservadora na compra nos showrooms por parte de franqueados e multímarcas, que acaba por repercutir em uma performance inferior à obtida pelos canais próprios no sell-out, devido à menor cobertura de estoques, principalmente dos itens de topo de pirâmide. No sell-out, enquanto os canais próprios registraram crescimento de 12% vs. o ano passado, as franquias apresentaram um crescimento de 7% na comparação com 2022. Apesar desta dispersão entre lojas próprias e sell-out das franquias, quando consideramos os resultados das megalojas, que são uma das principais avenidas de crescimento da marca, enxergamos excelentes resultados, com importante diluição de despesas e aumento de rentabilidade no modelo para ambos os canais. Encerramos o ano de 2023 com 33 megas.

Vale destacar o projeto realizado na Indústria da Hering, que foi fundamental para identificar oportunidades de eficiência e melhorias na estrutura de produção. A conclusão do projeto ressaltou a Indústria como uma grande fortaleza da Hering, entregando ROIC e margem saudáveis. Durante esse período, capturamos eficiências por meio de melhorias no fluxo da cadeia e na estrutura de produção, incluindo o encerramento da unidade de Paraúna no 2T23, gerando uma redistribuição das operações para as unidades de Goianésia e Blumenau. Esse movimento resultou em redução de custo fixo, ganho de eficiência e melhora do lead-time na logística. Além disso, ao longo do projeto, recebemos uma análise detalhada do ROIC por SKU, indicando os produtos que a fábrica deve focar na sua produção para maximizar sua rentabilidade.

Ao longo de 2023, vendo um cenário mais adverso, priorizamos e mantivemos nossa disciplina de caixa e realizamos ajustes nos níveis de estoques para garantir a saúde financeira de cada marca e alinhá-las às suas expectativas de crescimento sustentável. Essa abordagem é crucial para garantir a eficiência operacional e o desempenho financeiro a longo prazo. Como parte desse esforço, a empresa conseguiu reduzir o prazo médio de estoques, com forte evolução vs. trimestres anteriores, e com uma melhora do ciclo financeiro de 3 dias frente à comparação com mesmo período do ano anterior.

A Companhia segue com indicadores de liquidez em níveis saudáveis, considerando tanto o curto prazo quanto longo prazo o balanço comparamos 31 de dezembro de 2023 com 31 de dezembro de 2022. O índice de liquidez seca da Companhia (razão entre o ativo circulante líquido de estoques pelo passivo circulante) foi de 1,2x em 31 de dezembro de 2023 e de 1,2x em 31 de dezembro de 2022. O índice de liquidez geral da Companhia (razão entre ativo total e a soma do passivo circulante mais passivo não circulante), foi de 2,6x em 31 de dezembro de 2023 e de 3,3x em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 0,62x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$605,7 milhões e a dívida líquida (representada pela soma dos empréstimos a pagar, do passivo circulante e não circulante, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa) era de R\$816,7 milhões, com um índice de alavancagem financeira (compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido) de 0,14x.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 0,44x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$337,6 milhões e a dívida líquida (representada pela soma dos empréstimos a pagar, do passivo circulante e não circulante, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa) era de R\$580,3 milhões, com um índice de alavancagem financeira (compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido), de 0,08x.

Vemos as variações dos indicadores em níveis saudáveis, em linha com o crescimento da receita bruta e da operação da Companhia.

**(b) Estrutura de Capital**

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.724,0 milhões, a dívida bruta totalizava R\$ 1.421,5 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 605,7 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 815,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.404,9 milhões, a dívida bruta totalizava R\$ 917,5 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 337,6 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 579,9 milhões.

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2023	31/12/2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.685,9	3.233,1
Capital próprio (patrimônio líquido)	7.724,0	7.404,9
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>11.409,9</b>	<b>10.638,0</b>

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, se necessário, considerando as mudanças e perspectivas para o cenário econômico.

**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Diretoria acredita que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos. Além disso, caso necessário, a Companhia detém linhas de créditos abertas com os principais bancos do país para suprir eventuais necessidades. Os índices de liquidez geral (representado pela divisão do ativo total pelo passivo total) e de liquidez corrente (representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foram, respectivamente, de 3,1x e 1,9x. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o saldo de R\$ 1.421,5 milhões referente a empréstimos a pagar. Em 31 de dezembro de 2022 os índices foram, respectivamente, de 3,3x e 1,9x. A Companhia possuía o saldo de R\$ 917,5 milhões referente a empréstimos a pagar. Apesar da redução de liquidez e o aumento do saldo de dívidas em 2023 versus 2022, a Companhia se mantém em níveis saudáveis de endividamento.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) recebíveis de cartões de crédito; (ii) duplicatas a receber; e (iii) endividamento bancário de curto e longo prazos.

Essas fontes de financiamento são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios; (ii) pagamentos de fornecedores produtivos e aluguéis; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, a administração da Companhia não vislumbra necessidade de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia tem capacidade de captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as informações dos contratos de empréstimo e financiamentos relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Consolidado (em milhões de R\$)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Capital de giro em moeda nacional e estrangeira	(a)	370,9	103,1
Debêntures e Notas Comerciais	(b)	1.060,7	828,4
Custos de empréstimos		(10,1)	(14,1)
<b>TOTAL</b>		<b>1.421,5</b>	<b>917,5</b>
Circulante		702,9	370,0
Não circulante		718,6	547,5

(a) Compreende captações realizadas na modalidade prevista na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. A Companhia está protegida das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento da captação, nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original. Os swaps são apresentados no balanço patrimonial dentro da rubrica de “Derivativos”. Compreende também, o financiamento junto à FINEP no valor total de R\$ 79,6 milhões com juros remuneratórios de TJLP – 0,20%. Seu objetivo é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP. Em abril de 2023, a controlada Soma Brands Group contratou um empréstimo de US\$ 35.000 (R\$ 176.750 na data de captação) junto ao Banco Itaú, com prazo de 10 meses e remuneração de 8,01% a.a para reforço do capital de giro do Grupo. Em dezembro de 2023, a subsidiária Soma Brands Group contratou um

empréstimo no valor de US\$ 25.000 (equivalente a R\$ 121.032 na data de captação) junto ao Banco Bradesco. O contrato estipula um período de 24 meses, com pagamento de juros anuais e pagamento do principal apenas ao término do acordo. A remuneração do empréstimo foi fixada em SOFR + 2,73%, destinando-se ao fortalecimento do capital de giro do Grupo.

(b) A Companhia, em 15 de agosto de 2019, emitiu a primeira série de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, no montante de R\$ 170.000. As debêntures vencem em 4 anos, contados da data de sua emissão. Elas remuneram pela variação do CDI + 2,20% a.a. Em 15 de setembro de 2021, a Companhia emitiu, pela Cidade Maravilhosa, sua segunda série de debêntures simples, sem garantias adicionais, em série única, no montante de R\$ 500.000. As debêntures vencem em 4 anos, contados da data de sua emissão e remuneram pela variação do CDI + 2,73% a.a. Em 18 de março de 2022, a Companhia emitiu, pela Cidade Maravilhosa, sua terceira série de debêntures simples, do tipo quirografária, sem garantias adicionais, em série única, no montante de R\$ 270.000. As debêntures vencem em 4 anos, contados da data de emissão e remuneram pela variação do CDI + 2,10 % a.a. Em 28 de agosto de 2023, a Companhia efetuou a liquidação da primeira série de debêntures simples. Em 09 de março de 2023, a controlada Cidade Maravilhosa contratou um financiamento de R\$ 300.000 via notas comerciais escriturais, com prazo de 18 meses e remuneração de CDI + 1,69%. Em dezembro de 2023, a subsidiária Cidade Maravilhosa realizou sua segunda emissão de notas comerciais escriturais, obtendo um financiamento no montante de R\$ 250.000. Este instrumento financeiro possui um período de vigência de 2 anos, pagamento de juros semestrais e a pagamento do principal apenas ao término do contrato. A taxa de remuneração associada a esse instrumento é de CDI + 1,5%.

A abertura do saldo total em 31 de dezembro de 2023 apresentado acima por ano de vencimento é como segue:

<b>Consolidado (em milhões de R\$)</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>
2024	729,6
2025	590,5
2026 em diante	101,4
<b>Total</b>	<b>1.421,5</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui empréstimos e debêntures que precisem estar garantidos por contas a receber de duplicatas.

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

A Diretoria da Companhia esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possui cláusulas específicas de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as suas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Assim, na hipótese de concurso universal de credores, o pagamento aos credores obedece à seguinte ordem: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, (ii) créditos tributários – excetuadas as multas tributárias, (iii) créditos quirografários, (iv) multas contratuais e as (v) penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas – inclusive as multas tributárias e créditos subordinados.

**(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Em suas emissões de debêntures, a Companhia e suas fiadoras sujeitaram-se às seguintes restrições, dentre outras:

- a) não constituir ônus ou gravames sobre os direitos cedidos no âmbito do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas Ltda. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- b) não prestar quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, inclusive por suas respectivas controladas em benefício de terceiros, exceto (i) a garantia seja prestada em favor da Companhia, das fiadoras ou suas respectivas controladas; ou (ii) em caso de prestação de garantias a funcionários ou colaboradores, no curso ordinário de seus negócios, sendo que, nesse caso, o valor não deverá exceder individual ou agregadamente R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) ou seu valor equivalente em moeda estrangeira;

- c) não constituir quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais, sobre ativos relevantes da Companhia ou das fiadoras, considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior ou equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, conforme verificado em suas últimas demonstrações financeiras, em reais ou seu equivalente em moeda estrangeira, exceto se previamente autorizado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- d) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Companhia aos seus acionistas, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, caso esteja em descumprimento com qualquer obrigação prevista na escritura de emissão e/ou nos demais documentos relacionados à oferta de debêntures, conforme aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em *compliance* com tais restrições.

Além disso, tendo em vista que a Companhia é parte em certos contratos financeiros, e considerando que certos contratos estabelecem vencimento antecipado em caso de alteração na composição do capital social da Companhia, a Companhia está sujeita à aprovação por parte dos credores para alteração de seu capital social. A Companhia obteve *waiver* dos respectivos credores em relação a tais dispositivos para a realização de sua oferta pública de distribuição de ações.

Por fim, as debêntures preveem cláusulas restritivas (*covenants*), pelas quais a dívida líquida da Companhia deve ser igual ou inferior a 2x o EBITDA. Os *covenants* devem ser medidos a cada fechamento de semestre. Em 31 de dezembro de 2023, em decorrência da contabilização da perda por impairment, divulgada na nota explicativa 11 das demonstrações financeiras no site de relação com investidores, a Companhia não cumpriu o indicador mencionado acima. Desta forma, estes credores teriam o direito de exigir o vencimento antecipado das dívidas (vencimento não automático). Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu as negociações com todos os credores e obteve os respectivos waivers para as dívidas que tiveram o descumprimento citado uma vez que a contabilização da perda por impairment não afeta a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações financeiras. Além disso, os respectivos contratos foram aditados, ajustando a redação do covenant para que o cálculo de EBITDA passe a ser feito excluindo lançamentos de perdas por impairment de ativos. Com essa alteração, a Companhia cumpriria, em 31 de dezembro de 2023, o covenant estabelecido, apresentando o indicador dívida líquida/EBITDA igual a 0,46x.

**(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia dispõe de financiamento junto à FINEP no valor total de R\$ 79,6 milhões com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP. Até 31 de dezembro de 2023, foi disponibilizado o valor de R\$ 79,6 milhões, correspondentes a 100,0% do total do financiamento.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

**Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021**

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2022	AV	2021	AV	AH
Receita líquida	4.870,5	100%	2.791,7	100%	74,5%
Custos das mercadorias e produtos vendidos	(2.110,4)	43,3%	(1.173,2)	42%	79,9%
Lucro bruto	2.760,1	56,7%	1.618,5	58%	70,5%
Despesas gerais e administrativas	(598,8)	12,3%	(365,5)	13,1%	63,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(95,6)	2,0%	(65,2)	2,3%	46,6%
Despesas operacionais	(1.618,9)	33,2%	(988)	35,4%	63,9%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do	446,8	9,2%	199,7	7,2%	123,7%

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2022	AV	2021	AV	AH
imposto de renda e contribuição social					
Resultado financeiro, líquido	(163,3)	3,4%	(19,8)	0,7%	725,3%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	283,5	5,8%	180	6,4%	57,5%
Imposto de renda e contribuição social	51,7	1,1%	119,8	4,3%	-56,9%
Lucro (prejuízo) do exercício	335,2	6,9%	299,8	10,7%	11,8%

### ***Receita líquida***

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.870,5 milhões comparativamente a R\$2.791,7 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$2.078,8 milhões ou 74,5%. Este aumento é atribuído substancialmente à combinação de negócios com Hering em setembro de 2021, apresentando uma receita líquida expressiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### ***Custos das mercadorias e produtos vendidos***

Os custos das mercadorias e produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.110,4 milhões comparativamente a R\$1.173,24 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$937,2 milhões ou 79,9%. Os custos das

mercadorias e produtos vendidos representava 43,3% e 42,0% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esse aumento está associado ao crescimento orgânico da operação da Companhia, juntamente à combinação de negócios com Hering em setembro de 2021, em linha com o aumento da receita bruta entre os exercícios de 2022 e 2021.

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.760,1 milhões comparativamente a R\$1.618,5 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$1.141,6 milhões ou 70,5%. Lucro bruto representou 56,7% e 58% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à maior participação do *sell-in*, receitas de vendas para franquias e para o atacado, no ano de 2022.

### ***Despesas gerais e administrativas***

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$598,8 milhões comparativamente a R\$365,5 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$233,3 milhões ou 63,8%. Despesas gerais e administrativas representaram 12,3% e 13,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é decorrente principalmente da decisão da Companhia em ampliar seus gastos em marketing e mídia, de forma a alavancar suas vendas e contribuir no fortalecimento e melhor posicionamento de suas marcas.

### ***Despesas operacionais***

Despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$1.618,9 milhões comparativamente a R\$988 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$630,9 milhões ou 63,9%. Despesas operacionais representaram 33,2% e 35,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído, principalmente, a aumentos do quadro de pessoal ligados à organização de marcas e corporativo, permitindo uma maior estruturação de departamentos-chave para a Companhia e criando as bases para um futuro ganho de escala.

### ***Resultado financeiro, líquido***

Despesa financeira líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$163,4 milhões comparativamente a R\$19,8 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$143,6 milhões ou 727%. Despesa financeira líquida representou 3,4% e 0,7% da

receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a constituição de AVP no Grupo de Moda Soma, além dos juros sobre financiamentos obtidos pela Companhia ao longo do exercício.

#### ***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$283,4 milhões comparativamente a R\$179,9 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$103,5 milhões ou 57,5%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 5,8% e 6,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respectivamente.

#### ***Imposto de renda e contribuição social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$51,7 milhões comparativamente a R\$119,8 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$68,1 milhões ou 56,9%. Imposto de renda e contribuição social representou 1,1% e 4,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. A variação decorre majoritariamente do reconhecimento, em 2021, de créditos tributários no valor de R\$ 94.107, correspondentes ao IR e CSLL pagos sobre a correção Selic de processos ganhos e reconhecidos em anos anteriores.

#### ***Lucro (prejuízo) do exercício***

Lucro (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$335,1 milhões comparativamente a R\$299,8 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$35,3 milhões ou 11,8%. Lucro (prejuízo) do exercício representou 6,9% e 10,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

### **BALANÇOS PATRIMONIAIS**

#### **Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

<b>(em R\$ milhões, exceto %)</b>	<b>Exercício social encerrado em</b>				
	<b>2022</b>	<b>AV</b>	<b>2021</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>

<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>3.338,3</b>	<b>31,4%</b>	<b>2.799,0</b>	<b>28,0%</b>	<b>19,3%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	337,6	3,2%	224,0	2,2%	50,7%
Contas a receber	1.345,8	12,7%	1.211,7	12,1%	11,1%
Estoques	1.207,6	11,4%	931,0	9,3%	29,7%
Tributos a recuperar	315,2	3,0%	312,3	3,1%	0,9%
Derivativos	-	0,0%	1,9	0,0%	-100,0%
Adiantamento a fornecedores	90,9	0,9%	87,8	0,9%	3,5%
Outros ativos	41,2	0,4%	30,3	0,3%	36,0%
<b>Não Circulante</b>	<b>7.299,7</b>	<b>68,6%</b>	<b>7.209,4</b>	<b>72,0%</b>	<b>1,3%</b>
TVM	11,1	0,1%	11,1	0,1%	0,0%
Contas a receber	0,5	0,0%	0,9	0,0%	-44,4%
Depósitos judiciais	45,5	0,4%	54,6	0,5%	-16,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	323,1	3,0%	287,3	2,9%	12,5%
Tributos a recuperar	495,3	4,7%	457,0	4,6%	8,4%

Investimentos	-	0,0%	4,2	0,0%	-100,0%
Imobilizado	832,9	7,8%	836,6	8,4%	-0,4%
Intangível	5.331,6	50,1%	5.307,6	53,0%	0,5%
Direito de uso de imóveis	257,3	2,4%	247,5	2,5%	4,0%
Outros ativos	2,4	0,0%	2,7	0,0%	-11,1%
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.638,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.008,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,3%</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>1.727,5</b>	<b>16,2%</b>	<b>1.264,7</b>	<b>12,6%</b>	<b>36,6%</b>
Fornecedores e aluguéis a pagar	604,8	5,7%	466,3	4,7%	29,7%
Obrigações decorrentes de compra de merc. e serv.	189,6	1,8%	120,0	1,2%	58,0%
Arrendamento a pagar	76,6	0,7%	72,4	0,7%	5,8%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	370,0	3,5%	194,3	1,9%	90,4%
Salários e encargos a pagar	144,2	1,4%	125,4	1,3%	15,0%
Contas a pagar combinação de negócios	22,3	0,2%	22,3	0,2%	0,0%

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	79,6	0,7%	72,0	0,7%	10,6%
Tributos a recolher	95,1	0,9%	64,6	0,6%	47,2%
Derivativos	0,4	0,0%	1,3	0,0%	-69,2%
Outros	144,9	1,4%	126,1	1,3%	14,9%
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.505,6</b>	<b>14,2%</b>	<b>1.597,6</b>	<b>16,0%</b>	<b>-5,8%</b>
Arrendamento a pagar	210,3	2,0%	202,9	2,0%	3,6%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	547,5	5,1%	590,4	5,9%	-7,3%
Tributos a recolher	8,4	0,1%	13,2	0,1%	-36,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	249,1	2,3%	322,3	3,2%	-22,7%
Provisão para contingências	360,8	3,4%	316,6	3,2%	14,0%
Contas a pagar combinação de negócios	96,1	0,9%	118,9	1,2%	-19,2%
Outros	33,4	0,3%	33,3	0,3%	0,3%
<b>Total do passivo</b>	<b>1.822,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.329,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>27,1%</b>

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	4.047,1	38,0%	4.047,1	40,4%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(12,4)	0,1%	(9,3)	0,1%	33,3%
Reservas de capital	2.886,0	27,1%	2.879,7	28,8%	0,2%
Reservas de lucros	484,2	4,6%	228,6	2,3%	111,8%
Total do Patrimônio Líquido	<b>7.404,9</b>	<b>0,0%</b>	<b>7.146,1</b>	<b>0,0%</b>	<b>3,6%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>10.638,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.008,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,3%</b>

#### *Ativo circulante*

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$ 3.338,3 milhões, em comparação com R\$ 2.799,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 31,4% em 31 de dezembro de 2022 e 28,0% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 539,3 milhões ou 19,3% decorreu principalmente, em função do aumento do contas a receber e dos estoques, impulsionados pelas vendas do quarto trimestre de 2022 e pelas expectativas de vendas para o primeiro trimestre de 2023, respectivamente.

#### *Ativo não circulante*

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 7.299,7 milhões, em comparação com R\$ 7.209,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 68,6% em 31 de dezembro de 2022 e 72,0% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 90,3 milhões ou 1,3% decorreu basicamente, pelo aumento de tributos diferidos ativos e crescimento dos tributos a recuperar. Parte desse crescimento tem relação com o prejuízo fiscal e com a operação da Companhia no exterior.

### ***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante era de R\$ 1.727,5 milhões, em comparação com R\$ 1.264,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 16,2% em 31 de dezembro de 2022 e 12,6% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 462,8 milhões ou 36,6% decorreu principalmente, em função das captações de empréstimos ao longo do exercício e do crescimento de contas a pagar a fornecedores, em linha com o crescimento da operação da Companhia.

### ***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante era de R\$ 1.505,6 milhões, em comparação com R\$ 1.597,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 14,2% em 31 de dezembro de 2022 de 16,0% em 31 de dezembro de 2021. Esta redução, de R\$ 92,0 milhões ou 5,8% decorreu basicamente, em função da amortização dos tributos sobre a mais-valia da Hering, além da transferência de parcela de combinações de negócios para o passivo circulante, em função da aquisição da ByNV.

### ***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era de R\$ 7.404,9 milhões, em comparação com R\$ 7.146,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esta variação, de R\$ 258,8 milhões ou 3,6%, deu-se por conta do resultado do exercício e suas destinações.

## **FLUXO DE CAIXA**

### **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

<b>(em R\$ milhões)</b>	<b>No exercício social encerrado em</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	423,3	(25,9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	232,4	1.599,7

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(77,4)	1.142,8
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	113,5	(482,7)

### ***Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$423,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$25,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$449,2 milhões, ou 1.734%, decorre da aquisição de novas marcas e do crescimento orgânico das operações da Companhia como um todo, comparado com os exercícios anteriores.

### ***Fluxo de caixa das atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$232,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$1.599,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$1.367,2 milhões, ou 85%, é decorrente principalmente da aquisição de imobilizado e intangível e das controladas ByNV e Hering em 2021.

### ***Fluxo de caixa das atividades de financiamento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$77,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$1.142,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$1.220,2 milhões, ou 107%, é justificada principalmente pelo aumento de capital devido à oferta pública de distribuição subsequente de ações (*follow-on*) parcialmente compensado pela combinação de negócios com a controlada Hering em 2021

## **2.2 – Os diretores devem comentar sobre**

**(a) Resultados das operações do emissor, em especial:**

**(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita líquida de vendas da Companhia é composta, principalmente, pela venda de peças de vestuário e acessórios. A Administração da Companhia analisa os componentes da receita líquida de vendas sob dois aspectos:

- Marcas: Animale, FARM, FARM Global, NV, Hering, Cris Barros, Maria Filó, Fábula, Foxton, Dzarm e Off Premium.
- Canais de venda: varejo (físico e digital), atacado e franquias. O canal de varejo considera as vendas físicas nas lojas próprias e as vendas via e-commerce para o consumidor final. O canal de atacado consiste na venda de peças de vestuários e acessórios a varejistas multimarcas espalhadas pelo Brasil e no caso da FARM Global, pelos Estados Unidos e Europa. O canal de franquias consiste na venda de peças de vestuários e acessórios a franqueados, basicamente, da Hering.

A receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$.6.217,6 milhões e de R\$5.649,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A receita líquida da Companhia decorre da receita bruta de vendas, deduzida de impostos, devoluções e cancelamentos. Sobre as vendas da Companhia incidem tributos federais, como o PIS, à alíquota de 1,65%, e COFINS, de 7,6%. Ademais incide o ICMS, imposto estadual sobre a receita bruta de vendas, cuja alíquota varia de 4% a 20%.

A Companhia se beneficia de alguns incentivos fiscais nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Goiás e Rio de Janeiro, sendo o mais relevante o incentivo fiscal no estado do Rio de Janeiro, denominado Lei da Moda, segundo o qual, a alíquota de ICMS devida é de 2,5% sobre o custo de produção.

Adicionalmente, a receita da Companhia é impactada (i) pelo custo de mercadorias vendidas, que compreende os gastos envolvidos na produção e armazenamento dos produtos até que sejam vendidos; (ii) despesas comerciais, gerais e administrativas, que são compostas por despesas com pessoal, ocupação, serviços de terceiros, marketing, fretes, embalagens diretamente relacionadas à atividade comercial e outras (provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências fiscais, cíveis e trabalhistas); e (iii) outras receitas e despesas operacionais, que são compostas por incentivos de longo prazo e comissão de cartão de crédito. Para informações adicionais acerca das despesas operacionais da Companhia, veja o item 2.11.

**(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

A Companhia está inserida no segmento varejo de moda e suas operações consistem majoritariamente na confecção e fabricação de peças de vestuário e acessórios e venda de tais produtos. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

Custo dos produtos vendidos correspondem, principalmente, ao custo de matéria prima, tais como algodão, utilizadas em sua fábrica, bem como aviamentos, serviços de confecção contratados junto a terceiros. Além disso, custos incorridos com a compra de vestuários e acessórios para revenda compõe o custo de produtos vendidos em menor proporção. Por se tratar de uma commodities o preço do algodão varia de acordo com condições de mercado, bem como, a flutuação da taxa do câmbio do dólar. A depreciação do real em relação à moeda norte-americana pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

- i. Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: A indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentou variação de 2,9% e 3,0%, respectivamente, e a taxa média anual de desocupação, que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, apresentou-se em 7,8% e 9,3%.
- ii. Inflação: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,62% e 5,79% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.
- iii. Comportamento de compra do consumidor: A Companhia avalia constantemente quais são as demandas de seus clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos para continuar entregando excelência na experiência de compra.
- iv. Sazonalidade: A indústria da moda é sensível às estações do ano e às tendências da moda. As marcas da Companhia estão sujeitas à sazonalidade, com trimestres bem distintos, principalmente o quarto trimestre do ano. Os maiores faturamentos do varejo e e-commerce ocorrem nos meses de maio, junho, novembro e dezembro, impactados pelo Dia das Mães, Dia dos Namorados, *Black Friday* e Natal, respectivamente. Outro fator que influencia a sazonalidade são as trocas de coleções de janeiro e julho.

Outro ponto relevante são as liquidações que geram um aumento nas vendas, porém podem trazer uma diminuição na margem bruta, uma vez que a Companhia comercializa produtos com descontos em relação aos preços praticados logo após o lançamento das coleções. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período de promoção.

- v. Clima: O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

**(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

A Companhia busca desenvolver os seus produtos seguindo as tendências de moda que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir à inflação um impacto relevante no crescimento da receita de vendas de mercadoria. Além disso, A Companhia está protegida das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento da captação, nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original.

A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita. Historicamente temos sido capazes de repassar para os nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos. Contudo, não podemos assegurar que iremos conseguir continuar a fazê-lo.

**(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de mercadorias vendidas de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os custos da Companhia, a administração busca mitigar estes impactos ao longo da cadeia de fornecimento.

A taxa de câmbio pode impactar nossos custos, uma vez que a Companhia importa produtos e insumos (matérias-primas) em moedas internacionais. A fim de mitigar tais impactos, a Companhia possui uma política de hedge cambial, para proteção contra a volatilidade do câmbio.

### **2.3 – Os diretores devem comentar:**

#### **(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Durante o exercício de 2023 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2023:

<b>Pronunciamento</b>	<b>Alteração</b>
CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis
CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Alterações relativas ao imposto diferido sobre arrendamentos e obrigações de descomissionamento
CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguro	Contratos de Seguros

As alterações não trouxeram efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, o *International Accounting Standards Board* (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência nos próximos exercícios com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC:

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</b>
Alterações ao CPC 26(R1)/IAS1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, Classificação de Dívidas com Covenants e Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/IFRS 7	Alterações sobre informações requeridas de acordos de financiamento com fornecedores	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Esclarecimento como um vendedor-arrendatário avalia subsequentemente as transações de venda e relocação	01/01/2024

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações contábeis, que já foram regulamentados.

**(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não houve opiniões modificadas ou ênfases no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

**2.5 - Medições não contábeis**

**(a) Informar o valor das medições não contábeis**

**EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada**

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em	
	2023	2022
EBITDA	(2.181,2)	709,0
Margem EBITDA	-40,7%	14,6%
EBITDA Ajustado	809,3	735,4
Margem EBITDA Ajustada	15,1%	15,1%

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156/2022 (“Resolução CVM 156”).

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. Além disso, o EBITDA Ajustado exclui impactos não recorrentes, que podem ocorrer em um determinado período, permitindo que o mercado em geral possa analisar a geração operacional de caixa da Companhia em uma base recorrente. A Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) ou com *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

### Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhões de reais)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Bruta	1.422,4	917,9
Dívida Líquida	816,7	580,3

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos a pagar (circulante e não circulante). A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas em BR GAAP nem em IFRS, e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

(b) Fazer a conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(1.617,1)</b>	<b>335,2</b>
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(1.083,1)	(51,7)
(+) Resultado financeiro líquido	214,0	163,4
(+) Depreciação e amortização	305,0	262,1
<b>EBITDA</b>	<b>(2.181,2)</b>	<b>709,0</b>
Receita operacional líquida	5.360,5	4.870,5
<b>Margem EBITDA</b>	<b>-40,7%</b>	<b>14,6%</b>

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>EBITDA</b>	<b>(2.181,2)</b>	<b>709,0</b>
<b>Ajustes ao EBITDA:</b>	<b>2.990,5</b>	<b>26,4</b>
<i>Ajuste a valor presente (AVP) Hering<sup>1</sup></i>	<i>0,0</i>	<i>9,2</i>
<i>Write-off<sup>2</sup></i>	<i>43,6</i>	<i>0,0</i>
<i>Provisão de contingência judicial<sup>3</sup></i>	<i>0,0</i>	<i>4,9</i>
<i>Banco Santos<sup>4</sup></i>	<i>(112,0)</i>	<i>0,0</i>
<i>ILP<sup>5</sup></i>	<i>27,3</i>	<i>12,3</i>
<i>Encerramento da unidade de Paraúna<sup>6</sup></i>	<i>8,1</i>	<i>0,0</i>

<i>Provisão DIFAL</i> <sup>7</sup>	71,4	0,0
<i>Perda por Impairment</i> <sup>8</sup>	2.952,1	0,0
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>809,3</b>	<b>735,4</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>15,1%</b>	<b>15,1%</b>

<sup>1</sup> Ajuste devido à unificação de práticas contábeis do Grupo relacionadas à contabilização do AVP de fornecedores, que passou a ser feito pelo giro dos produtos no estoque no 4T22 e não mais sobre a compra da matéria-prima. Essa mudança teve impacto negativo de R\$ 9,2 milhões no 4T22, que foi ajustado ao lucro bruto para fins de comparação com os 9 meses anteriores de 2022 e 4T21.

<sup>2</sup> Em 2023, o lucro bruto foi ajustado pelo write-off de sobra de matérias-primas destinadas a produtos de segunda linha da Hering.

<sup>3</sup> Provisões extraordinárias, sem efeito caixa, referentes a contingência trabalhista no 4T22.

<sup>4</sup> Reversão de provisões contábeis referentes a processos da Hering contra a Massa Falida do Banco Santos. No dia 25 de outubro de 2023, encerrou-se qualquer prazo para recurso à decisão que homologou o acordo entre a controlada Hering e a Massa Falida do Banco Santos e no dia 30 de outubro de 2023, foi expedido o documento certificando o trânsito em julgado da decisão, revertendo-se as devidas provisões contábeis realizadas para o tema.

<sup>5</sup> Despesa referente ao reconhecimento mensal do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

<sup>6</sup> Desmobilização da unidade de Paraúna, que era responsável por parte do processo de talharia da Hering (malha e tecido).

<sup>7</sup> Provisão para pagamento de DIFAL referente a 2022, em decorrência do julgamento pelo STF no dia 29 de novembro de 2023 das ADI's 7066, 7070 e 7078, nas quais, por maioria, decidiu-se apenas pela aplicação da anterioridade nonagesimal.

<sup>8</sup> *Impairment* da Hering: impacto contábil, não caixa, no montante de R\$ 2.952,1 milhões (R\$ 1.948,4 milhões líquido de imposto), referente ao teste de recuperabilidade do *goodwill* (teste de *impairment*) registrado na aquisição da Cia. Hering. O principal ponto que ocasionou o *impairment* foi a aprovação da Lei nº 14.789 em 29 de dezembro de 2023, uma vez que as subvenções para investimentos deverão entrar na base de cálculo de tributos como o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o PIS e COFINS a partir de 1º janeiro de 2024 e a aprovação da Reforma Tributária, através da Emenda Constitucional nº 132/2023, que extingue o Benefício Fiscal a partir de 2033.

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2023	31/12/2022

<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(1.617,1)</b>	<b>335,2</b>
<b>Ajustes ao Resultado líquido do exercício:</b>		
<i>Ajustes ao EBITDA</i>	2.990,5	26,4
<i>Mais-valia Hering<sup>9</sup></i>	44,0	47,5
<i>Atualização monetária sobre indébito tributário<sup>10</sup></i>	(15,7)	0,0
<i>IR/CSLL sobre ajustes</i>	(1.031,7)	(25,1)
<b>Resultado líquido do exercício ajustado</b>	<b>370,0</b>	<b>384,0</b>
<b>Margem Líquida Ajustada</b>	<b>6,9%</b>	<b>7,9%</b>

<sup>9</sup> Impacto de valores justos CPC15/IFRS3 – combinação de negócios.

<sup>10</sup> Ajuste de R\$ 15,7 milhões referente à atualização monetária de indébito tributário com impacto na linha de resultado financeiro.

#### Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhões de reais)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Bruta	1.422,4	917,9
(-) Caixa e equivalente de caixa	(605,7)	(337,6)
Dívida Líquida	816,7	580,3

(c) **Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

#### EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA e, conseqüentemente, a Margem EBITDA são mais apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostram o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA oferecem aos investidores uma

melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro. Quanto ao EBITDA Ajustado, o indicador exclui impactos não recorrentes, que podem impactar um determinado período, permitindo que o mercado em geral possa analisar a geração operacional de caixa da Companhia em uma base recorrente.

## **Dívida Bruta e Dívida Líquida**

A Dívida Bruta compreende as obrigações onerosas da Companhia: empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos. A Dívida Líquida representa a Dívida Bruta da Companhia reduzida do caixa e equivalentes de caixa. A Companhia entende que a Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional. Para mais informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, veja o item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

## **2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Segue abaixo a descrição do evento subsequente reportado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

- Liquidação antecipada de debêntures

Em 28 de fevereiro de 2024 a investida Cidade Maravilhosa, com objetivo de diminuir seu custo da dívida, exerceu seu direito de liquidar antecipadamente a 1ª série de debêntures simples no valor total de R\$ 305,3 milhões.

- Emissão de debêntures pela investida Cidade Maravilhosa

Em março de 2024, a controlada Cidade Maravilhosa realizou a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, que serviram como lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”). Os CRIs foram emitidos em três séries, no valor total R\$ 625 milhões, contando com o exercício integral do lote adicional de 25%, a serem pagos em duas séries com vencimento bullet de 4 anos e uma série dividida em dois vencimentos iguais de 5 e 6 anos, respectivamente. A demanda foi de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, (3x book). A alta demanda pelo

título possibilitou, além da subscrição total do lote adicional, uma compressão significativa nas taxas teto indicativas, conforme demonstrado no quadro resumo abaixo. Para as 2ª e 3ª séries, foram contratados swaps para transformar a exposição da dívida em CDI pós-fixado, de modo que a operação possui um custo final de CDI+0,795% e CDI+0,90%, respectivamente. A taxa total ponderada da operação é CDI+0,82%. A operação representa uma melhora relevante do perfil de endividamento da Companhia, com alongamento do duration e redução do custo médio ponderado da dívida, que sairá de CDI+1,46% para CDI+1,23%.

<b>Características</b>	<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>	<b>3ª Série</b>
Prazo	4 anos	4 anos	6 anos
<i>Duration</i>	3,3 anos	3,3 anos	4,6 anos
Amortização	<i>Bullet</i> , no vencimento	<i>Bullet</i> , no vencimento	Anual, em parcelas iguais nos 5º e 6º anos
Juros	Semestral, sem carência	Semestral, sem carência	Semestral, sem carência
Remuneração Teto Indicativa	CDI + 1,30% a.a.	Pré X DI + 1,20% a.a. ou 12,60% a.a., dos dois o maior	NTN-B28 + 1,40% a.a. ou IPCA + 7,40% a.a., dos dois o maior
Remuneração pós <i>bookbuilding</i>	CDI + 0,60% a.a.	Pré 11,00% a.a.	IPCA + 6,40% a.a.
<b>Remuneração com swap CDI+</b>	<b>CDI + 0,60% a.a.</b>	<b>CDI + 0,795% a.a.</b>	<b>CDI + 0,90% a.a.</b>
Volume	R\$ 76.865,0	R\$ 268.068,0	R\$ 280.067,0

## 2.7 - Política de destinação dos resultados

	2023
<b>Regras sobre retenção de lucros</b>	Conforme previsto no estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), após realizadas as deduções de eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o

	2023
	<p>imposto de renda e a contribuição social, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<b>Valores das retenções de lucros</b>	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.

	2023
<b>Regras sobre distribuição de dividendos</b>	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
<b>Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
<b>Restrições à distribuição de dividendos</b>	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

Além disso, indicar se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.

## **2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off(balance sheet items)*), tais como:**

(i) **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8**

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**2.10 - Plano de Negócios**

**(a) Investimentos**

**(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível somaram R\$ 149,4 milhões e R\$ 117,5 milhões respectivamente, incluindo os investimentos para abertura de novas lojas, assim como investimentos em sistemas e tecnologia.

**(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos junto a terceiros.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços**

**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## **2.11 - Outros fatores com influência relevante**

Segue quadro de despesas operacionais da Companhia, conforme divulgado em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras:

**Consolidado**

**2023**

**2022**

Pessoal	(895.415)	(804.569)
Ocupação	(178.533)	(147.804)
Serviços de terceiros	(363.604)	(332.098)
Propaganda e publicidade	(347.212)	(346.094)
Fretes e embalagens	(185.380)	(166.954)
Depreciação e amortização	(187.155)	(144.853)
Amortização - IFRS 16	(87.192)	(86.310)
Comissão de cartão de crédito	(61.054)	(52.257)
Remuneração baseada em ações	(27.237)	(12.331)
Outros	(239.261)	(220.014)
<b>Despesa</b>	<b>(2.422.032)</b>	<b>(2.313.284)</b>

**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

**Anexo II**

**Informações sobre candidatos indicados pela administração (nos termos dos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)**  
(Art. 11, inciso I, da Resolução CVM nº81)

**7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:**

a. Nome completo	Marcel Sapir
b. Data de nascimento	30/06/1964
c. Profissão	Economista
d. CPF	805.225.727-15
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente e Membro Independente do Conselho de Administração
f. Data da eleição	29/04/2022
g. Data de posse	02/05/2022
h. Prazo do mandato	AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	01/07/2020 – Como Vice presidente do CA

	02/05/2022 – Como Presidente do CA
<p>1. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), com mestrado em finanças pela PUC/Rio. Possui ampla experiência profissional no ramo, tendo exercido o cargo de conselheiro de administração da Tecnisa (desde 2020), Profarma Distribuidora de Medicamentos (desde 2018), Saraiva Livreiros e Editoras (2012 a 2015), Grupo Dimed (de 2010 a 2016), Ponto Frio (de 2009 a 2010) e H.Stern Joalheiros (2005 a 2008). É conselheiro de administração certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcel Sapir é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.</p>
<p>m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado</p>	N/A

para a prática de uma atividade ou comercial qualquer	
n. Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração

a. Nome completo	Maria Laura Tarnow
b. Data de nascimento	29/11/1969
c. Profissão	Administradora
d. CPF	014.714.517-12
e. Cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração (Efetivo)
f. Data da eleição	29/04/2022
g. Data de posse	02/05/2022
h. Prazo do mandato	AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	01/07/2020
l. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação,	Formada em comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1992), com pós graduação em Administração de Marketing pela FAAP (1995), participou do programa de desenvolvimento de gestão pela FGV-SP (2002), do Executive Program in Strategy and Organization pela Stanford University (2005) e de programas executivos em Wharton (2015 e 2019). Possui ampla experiência no ramo executivo, acumulando mais de 25 anos de experiência em bens de consumo e varejo. Atuou na NIVEA Brasil por mais de 10 anos, tendo exercido o cargo de diretora de Marketing e de diretora de Vendas e nos últimos 8 atuou como Diretora-Geral no Brasil do grupo americano Estée Lauder Companies. Além de conselheira independente

<p>direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>do Grupo SOMA S.A., é presidente do Conselho do Grupo RáscaI e também conselheira independente da Softys America Latina. A Sra. Maria Laura Tarnow é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.</p>
<p>m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer</p>	<p>N/A</p>
<p>n. Órgão da Administração</p>	<p>Pertence apenas ao Conselho de Administração</p>

a. Nome completo	Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho
b. Data de nascimento	01/12/1978
c. Profissão	Economista
d. CPF	296.300.688-85
e. Cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração (Efetivo)
f. Data da eleição	29/04/2022
g. Data de posse	02/05/2022
h. Prazo do mandato	AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	01/07/2020
l. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	<p>O Sr. Edison Ticle é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e cursou Economia na Universidade de São Paulo (USP). Ele também possui mestrado em Economia pela FGV, MBA em Economia de Negócios pela USP e é pós graduado em Advanced Management pela Harvard Business School (AMP 202). O Sr. Edison iniciou sua carreira em 1999, no BTG Pactual. Ele também trabalhou como Portfólio Manager Sênior na Constellation Asset Management e na Black River Gestão de Investimentos (pertencente à Cargill). Em 2007, ele ingressou no Banco Safra, onde exerceu o cargo de Tesoureiro Chefe e Head da área de Trading Proprietário. Em fevereiro de 2009, Edison Ticle ingressou na Minerva, e, desde abril de 2010, exerce o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Desde 2020, é membro independente do conselho de Administração do Grupo de Moda Soma S.A., da Aeris S.A., e do TC Traders Club S.A., coordenando, em todas, o Comitê de Auditoria e Riscos.</p>

m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer	N/A
n. Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração

a. Nome completo	Fabio Hering
b. Data de nascimento	17/03/1959
c. Profissão	Administrador de Empresas
d. CPF	006.283.238-75
e. Cargo eletivo ocupado	Vice-presidente do Conselho de Administração
f. Data da eleição	29/04/2022
g. Data de posse	02/05/2022
h. Prazo do mandato	AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Não

k. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	14/09/2021
l. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	O Sr. Fabio Hering é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui especializações em Marketing, Finanças e Estratégia. Trabalha na Cia. Hering desde 1984, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Já atuou como membro do conselho de administração de várias empresas de varejo/consumo. Atualmente é membro do conselho de administração do Grupo Tigre, do conselho da ABVTEX e do IEDI.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer	N/A
n. Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração

a. Nome completo	Roberto Luiz Jatahy Gonçalves
------------------	-------------------------------

b. Data de nascimento	03/02/1969
c. Profissão	Economista
d. CPF	929.391.047-00
e. Cargo eletivo ocupado 1	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
f. Data da eleição	29/04/2022
g. Data de posse	02/05/2022
h. Prazo do mandato	AGO 2024
i. Cargo eletivo ocupado 2	Diretor Presidente
j. Data da eleição	10/05/2021
k. Data de posse	10/05/2021
l. Prazo do mandato	3 anos
m. Foi eleito pelo controlador	Sim
n. Se é membro independente	Não
o. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/12/2014 - Como Diretor Presidente 02/05/2022 – Como Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
p. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior	Formado em Economia pela Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro, Roberto Jatahy co-fundou a Animale com a Sra. Claudia Jatahy em 1991. Em 2010, Roberto Jatahy conduziu o processo de aquisição de participação da Animale na Farm e liderou a criação da Companhia, nomeado Diretor Presidente da Companhia desde então. É membro do comitê de marcas da Animale, Farm, Maria Filó, Cris Barros, Foxton, Fábula, A.Brand e Off Premium. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou

a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.
q. Outros cargos e funções exercidas no emissor	N/A
r. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer	N/A
s. Órgão da Administração	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração

a. Nome completo	Marcello Ribeiro Bastos
b. Data de nascimento	12/08/1966
c. Profissão	Administrador
d. CPF	886.068.217-72
e. Cargo eletivo ocupado 1	Membro do Conselho de Administração
f. Data da eleição	29/04/2022
g. Data de posse	02/05/2022

h. Prazo do mandato	AGO 2024
i. Cargo eletivo ocupado 2	Diretor
j. Data da eleição	10/05/2021
k. Data de posse	10/05/2021
l. Prazo do mandato	03 anos
m. Foi eleito pelo controlador	Sim
n. Se é membro independente	Não
o. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/12/2014 - Como Diretor 02/05/2022 – Como Membro do Conselho de Administração
p. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Formado em Administração pela Universidade Santa Úrsula e pós-graduado em Administração de Varejo pelo Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro, Marcello Bastos é co-fundador da Farm e da Fábula, marcas em que contribuiu significativamente no crescimento desde 1997. É diretor da Companhia desde 2010, atuando diretamente como Diretor Executivo das marcas Farm e Fábula. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.
q. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros	N/A

Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer	
r. Órgão da Administração	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração

a. Nome completo	Gisela Dantas Rodenburg
b. Data de nascimento	28/12/1983
c. Profissão	Profissional de Relações Internacionais
d. CPF	056.977.127-74
e. Cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração (Efetivo)
f. Data da eleição	29/04/2022
g. Data de posse	02/05/2022
h. Prazo do mandato	AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
l. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e	Formada em Relações Internacionais e Economia pela Tufts University (MA, EUA) e graduada em Marketing de Moda pela Parsons School of Design. Gisela fez parte do time de planejamento estratégico da agência África antes de atuar na indústria de moda e luxo fora do Brasil na Chanel,

<p>funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>nas multimas Netaporter, na agencia de tendências Trend Union, como associada na empresa de consultoria Robert Burke Associates e como co-fundadora da marca de calçados Fabrizio Viti. Gisela atua como consultora no setor imobiliário, de moda e beleza. É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21. e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.</p>
<p>m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer</p>	<p>N/A</p>
<p>n. Órgão da Administração</p>	<p>Pertence apenas ao Conselho de Administração</p>

a. Nome completo	Ruy Kameyama
b. Data de nascimento	13/07/1977
c. Profissão	Economista
d. CPF	071.506.847-42
e. Cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração (Efetivo)
f. Data da eleição	28/07/2023
g. Data de posse	28/07/2023
h. Prazo do mandato	AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
l. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Graduado em economia pelo IBMEC-RJ e com MBA pela Harvard Business School. Possui grande experiência no setor de varejo e imobiliário (shopping centers), fusões e aquisições e na administração de Companhias de capital aberto. Foi CEO da BRMalls de 2017 a 2023, tendo atuado anteriormente na BRMalls como Diretor de Operações e gerente de M&A. Também trabalhou na área de novos negócios do Spoleto Franchising e no banco de investimentos Dresdner Kleinwort. Foi do Conselho Diretor da Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Centers). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.

m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer	N/A
n. Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração

**7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

a. Nome completo	Marcel Sapir
b. Data de nascimento	30/06/1964
c. Profissão	Economista
d. CPF	805.225.727-15
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê de Riscos Auditoria e Finanças (Efetivo)
f. Data da eleição	11/05/2022
g. Data de posse	11/05/2022

h. Prazo do mandato	Até a AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	02/05/2022 – Como Presidente do CA  11/05/2022 – Como membro do Comitê de Riscos Auditoria e Finanças (Efetivo)
l. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), com mestrado em finanças pela PUC/Rio. Possui ampla experiência profissional no ramo, tendo exercido o cargo de conselheiro de administração da Tecnisa (desde 2020), Profarma Distribuidora de Medicamentos (desde 2018), Saraiva Livreiros e Editoras (2012 a 2015), Grupo Dimed (de 2010 a 2016), Ponto Frio (de 2009 a 2010) e H.Stern Joalheiros (2005 a 2008). É conselheiro de administração certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcel Sapir é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham	N/A

<p>ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

a. Nome completo	Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho
b. Data de nascimento	01/12/1978
c. Profissão	Economista
d. CPF	296.300.688-85
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê de Riscos Auditoria e Finanças (Efetivo)
f. Data da eleição	11/05/2022
g. Data de posse	11/05/2022
h. Prazo do mandato	Até a AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	02/05/2022 – Como membro Independente do Conselho de Administração (Efetivo) 11/05/2022 - Membro do Comitê de Riscos Auditoria e Finanças (Efetivo)

<p>1. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Bacharel em administração de empresas pela FGV-SP (1996 1999), mestrado em Finanças e Economia pela FGV-SP (2004 2006). Possui ampla experiência no ramo como CFO Diretor executivo financeiro e de relações com investidores da Minerva S.A. (fev/2009 a jan/2018). Apontado pela revista Institutional Investor entre os 3 melhores CFOs da América Latina, no setor de Alimentos e Bebidas Buy side e Sell side – nos rankings referentes aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2019. O Sr. Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.</p>
<p>m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer</p>	<p>N/A</p>

a. Nome completo	Mauro Moreira
b. Data de nascimento	21/07/1959
c. Profissão	Administrador de empresas e contador
d. CPF	510.931.467-53
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê de Riscos Auditoria e Finanças (Efetivo)
f. Data da eleição	11/05/2022
g. Data de posse	11/05/2022
h. Prazo do mandato	Até AGO 2024
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	11/05/2022 – Como Membro do Comitê de Riscos Auditoria e Finanças (Efetivo)
l. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Possui ampla experiência na área, tendo trabalhado na Arthur Anderson entre 1980 e 2002, onde passou de trainee a sócio (1996). É Sócio aposentado pela Ernst & Young (2002 a 2020) e, atualmente, faz parte do conselho da Wilson Sons (2020). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.

<p>m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer</p>	<p>N/A</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

<p>a. Nome completo</p>	<p>Maria Laura Tarnow</p>
<p>b. Data de nascimento</p>	<p>29/11/1969</p>
<p>c. Profissão</p>	<p>Empresária</p>
<p>d. CPF</p>	<p>014.714.517-12</p>
<p>e. Cargo eletivo ocupado</p>	<p>Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração – CGR</p>
<p>f. Data da eleição</p>	<p>20/10/2022</p>
<p>g. Data de posse</p>	<p>20/10/2022</p>
<p>h. Prazo do mandato</p>	<p>02 anos</p>
<p>i. Foi eleito pelo controlador</p>	<p>Sim</p>
<p>j. Se é membro independente</p>	<p>Sim</p>

<p>k. Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos</p>	<p>02/05/2022 – Como Membro Independente do Conselho de Administração (Efetivo) 20/10/2022 – Como Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração – CGR</p>
<p>l. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Formada em comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1992), com pós graduação em Administração de Marketing pela FAAP (1995), participou do programa de desenvolvimento de gestão pela FGV-SP (2002), do Executive Program in Strategy and Organization pela Stanford University (2005) e de programas executivos em Wharton (2015 e 2019). Possui ampla experiência no ramo executivo, acumulando mais de 25 anos de experiência em bens de consumo e varejo. Atuou na NIVEA Brasil por mais de 10 anos, tendo exercido o cargo de diretora de Marketing e de diretora de Vendas e nos últimos 8 atuou como Diretora-Geral no Brasil do grupo americano Estée Lauder Companies. Além de conselheira independente do Grupo SOMA S.A., é presidente do Conselho do Grupo Ráscal e também conselheira independente da Softys America Latina. A Sra. Maria Laura Tarnow é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.</p>
<p>m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB</p>	<p>N/A</p>

ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade ou comercial qualquer	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

a. Nome completo	Marcel Sapir
b. Data de nascimento	30/06/1964
c. Profissão	Economista
d. CPF	805.225.727-15
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê de Gente e Remuneração – CGR (Efetivo)
f. Data da eleição	20/10/2020
g. Data de posse	20/10/2020
h. Prazo do mandato	02 anos
i. Foi eleito pelo controlador	Sim
j. Se é membro independente	Sim
k. Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	02/05/2022 – Como Presidente do CA  11/05/2022 – Como membro do Comitê de Riscos Auditoria e Finanças (Efetivo)

	20/10/2020 – Como Membro do Comitê de Gente e Remuneração – CGR (Efetivo)
<p>1. Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), com mestrado em finanças pela PUC/Rio. Possui ampla experiência profissional no ramo, tendo exercido o cargo de conselheiro de administração da Tecnisa (desde 2020), Profarma Distribuidora de Medicamentos (desde 2018), Saraiva Livreiros e Editoras (2012 a 2015), Grupo Dimed (de 2010 a 2016), Ponto Frio (de 2009 a 2010) e H.Stern Joalheiros (2005 a 2008). É conselheiro de administração certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcel Sapir é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da RCVM 50/21.</p>
<p>m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i) condenação criminal ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou as Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado</p>	N/A

para a prática de uma atividade ou comercial qualquer	
-------------------------------------------------------	--

**7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:**

Nome completo	CPF	Denominação Social	CNPJ	Tipo de parentesco
<b>Cargo</b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Roberto Luiz Jatahy Gonçalves	929.391.047-00	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Acionista do Grupo Controlador da Companhia				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Claudia Jatahy Gonçalves	902.517.177-04	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	
Acionista do Grupo Controlador da Companhia				
<b><u>Observação</u></b>				
N/A				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				

Roberto Luiz Jatahy 929.391.047-00  
Gonçalves

Grupo de Moda SOMA 10.285.590/0001-08  
S.A.

Irmão ou Irmã (1º grau por  
consanguinidade)

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Acionista do Grupo Controlador da Companhia

**Pessoa relacionada**

Gisella Jatahy Gonçalves 010.546.937-81

Grupo de Moda SOMA 10.285.590/0001-08  
S.A.

Acionista do Grupo Controlador da Companhia

**Observação**

N/A

**Administrador do emissor ou controlada**

Claudia Jatahy Gonçalves 902.517.177-04

Grupo de Moda SOMA 10.285.590/0001-08  
S.A.

Irmão ou Irmã (1º grau por  
consanguinidade)

Acionista do Grupo Controlador da Companhia

**Pessoa relacionada**

Gisella Jatahy Gonçalves 010.546.937-81

Grupo de Moda SOMA 10.285.590/0001-08  
S.A.

Acionista do Grupo Controlador da Companhia

**Observação**

N/A

**Administrador do emissor ou controlada**

Fabio Hering	006.283.238-75	Grupo de Moda SOMA S.A. e Cia Hering	10.285.590/0001-08 e 78.876.950/0001-71	e Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
--------------	----------------	--------------------------------------	-----------------------------------------	-----------------------------------------------

Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo de Moda Soma S.A. e Membro do Conselho de Administração da Cia Hering

**Pessoa relacionada**

Thiago Hering	311.440.868-09	Cia Hering	78.876.950/0001-71
---------------	----------------	------------	--------------------

Diretor Presidente da Cia Hering

**Observação**

N/A

**7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social**
- b) controlador direto ou indireto do emissor**
- c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Até a data deste Formulário de Referência, não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e controladas direta ou indiretamente; controladores diretos ou indiretos; fornecedores, clientes, credores e outros.

**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

**Anexo III**

**Informações sobre a remuneração dos administradores, nos termos da seção 8 do  
Formulário de Referência**

*(Para os fins do artigo 13, inciso II, da Resolução da CVM nº 81/2022.)*

(O anexo segue nas páginas seguintes)

(Restante da página intencionalmente em branco)

**8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos**

**(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma Política da Remuneração de Administradores (“Política de Remuneração”), formalmente aprovada em 1º de julho de 2020 em reunião de Conselho de Administração, e que pode ser consultada no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), em seu website e fisicamente na sede da Companhia.

A Política de Remuneração tem por objetivo fazer com que a remuneração dos Administradores seja uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais do mercado para administração da Companhia.

Cabe à Assembleia Geral de acionistas fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado.

A estrutura de incentivos dos Diretores, estatutários ou não-estatutários, deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo vedado que uma mesma pessoa controle o processo decisório e sua respectiva fiscalização.

A Política de Remuneração para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, Membros dos Comitês, e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar sua eficiência, o objetivo da Política de Remuneração da Companhia é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar seus colaboradores.

**(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

A remuneração dos administradores está sempre alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e criação de valor a longo prazo.

O Conselho de Administração, por meio de um procedimento formal e transparente, determina a remuneração individual dos administradores valorizando a meritocracia, reconhecendo o esforço e as habilidades diferenciadas das pessoas que geram resultados para a Companhia, oferecendo padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, considerando ainda, os custos e riscos envolvidos, vinculando a resultados com metas de médio e longo prazo de forma clara e objetiva à geração de valor para a Companhia.

**(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global e individual dos membros do Conselho de Administração, sendo que o Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Gente, Remuneração e Sustentabilidade, fixará a remuneração individual dos Diretores.

**(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

É feito um estudo de mercado periodicamente com uma consultoria especializada em remuneração para entender as práticas de mercado, considerando aspectos como atuação, complexidade, faturamento/reflexo financeiro, responsabilidades e impactos, e, de acordo com a estratégia de remuneração da Companhia, é fixado a remuneração individual dos seus administradores.

**(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se as diretrizes e orientações previstas na referida Política atingem os objetivos da Companhia, à luz das responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira. Essa avaliação é realizada, também, de acordo com a pesquisa feita com a consultoria especializada em remuneração, conforme mencionado no item acima.

**(c) Composição da remuneração, indicando:**

**(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

**Conselho de Administração**

Todos os conselheiros independentes e os conselheiros que não fazem parte da Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa mensal. Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser elegíveis ao Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O). Os membros do conselho de administração que acumulam a função de diretor estatutário recebem remuneração apenas pela posição na Diretoria.

O Conselho Fiscal, quando instalado, tem sua remuneração definida pela Assembleia Geral que eleger seus membros.

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração adicional por participação em Comitês.

### **Diretoria Estatutária**

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definida de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia.

Os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis ao Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Os Diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite à Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia. Tal remuneração é atrelada ao cumprimento de metas financeiras (lucro líquido e dívida líquida do Grupo de Moda SOMA), aos resultados da Companhia e/ou a metas individuais do Diretor.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

### **Membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças**

Os Membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças fazem jus a uma remuneração anual, composta por até 12 parcelas fixas mensais.

- **em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

<b>2023</b>	<b>Remuneração fixa</b>	<b>Remuneração variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	39,1%	22,2%	38,7%	100%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	100%
Comitê de Auditoria	100%	0	0	100%
<b>2022</b>	<b>Remuneração fixa</b>	<b>Remuneração variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	100%	0	0	100%
Diretoria Estatutária	45,8%	26,6%	27,6%	100%
Conselho Fiscal	100%	0	0	100%

Comitê de Auditoria	100%	0	0	100%
<b>2021</b>	<b>Remuneração fixa</b>	<b>Remuneração variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	40,31%	59,69%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	100%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	100%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia Geral de acionistas quando da sua instalação.

O valor da remuneração fixa paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e não estatutária é comparado periodicamente com o padrão de mercado por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa avaliar a sua competitividade e eventualmente analisar a necessidade de se realizar reajustes na remuneração. Já a remuneração variável não está sujeita a reajustes, mas sim ao atendimento das metas estabelecidas, conforme melhor descrito a seguir.

A remuneração do Conselho de Administração da Companhia é revisada ao menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

São considerados como critérios para o reajuste anual da remuneração fixa dos demais órgãos da Administração: (i) meritocracia, (ii) análise da movimentação salarial apresentada pelas pesquisas de mercado realizadas anualmente por consultoria independente e especializada com empresas com filosofia de remuneração consistentes e similares, assim como concorrentes em recursos humanos.

A remuneração da Diretoria Estatutária deve ser aprovada pelo Conselho de Administração por meio de um procedimento formal e transparente, visando a que a remuneração dos diretores:

- valorize a meritocracia, reconhecendo o esforço e as habilidades diferenciadas das pessoas que geram resultados para a Companhia, sem, contudo, comprometer o equilíbrio interno e o senso de trabalho em equipe;
- ofereça padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, de modo a reconhecer diferentes níveis de capacidade para gerar impactos nos resultados da Companhia;
- considere os custos e os riscos envolvidos; e

(d) esteja vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Não temos.

**(ii) Razões que justificam a composição da remuneração**

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, de modo a maximizar a criação de valor ao negócio da Companhia, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

**(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não há membros não remunerados.

**(d) A existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Até a presente data, não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

**8.2 – Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

<b>Remuneração prevista para o exercício social corrente (2024) - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	8	6	3	17
Nº de membros remunerados	6	6	3	15
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	2.313.705,69	6.943.184,56	725.632,22	10.245.431,40
Benefícios direto e indireto	0	2.064.336,29	0	2.064.336,29
Participações em comitês	982.666,38	0	0	1.057.072,67
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	13.460.250,00	0	13.460.250,00

Participação de resultados	0	9.087.300,00	0	9.087.300,00
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0	12.472.736,13	0	12.472.736,13
<b>Observação</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total da remuneração</b>	3.296.372,07	44.027.806,98	725.632,22	48.049.811,27

A remuneração proposta para os administradores para o exercício social de 2024 inclui um montante relativo ao pagamento de um bônus de retenção a administradores da Companhia no contexto da junção dos negócios da Companhia com a Arezzo Indústria e Comércio S.A. (“Arezzo”) e unificação das respectivas bases acionárias, conforme o item 2.2.3 do Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado em 4 de fevereiro de 2024, entre a Companhia, Arezzo e seus respectivos acionistas de referência.

<b>Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	7,42	6,25	1,00	14,67
Nº de membros remunerados	5,42	6,25	1,00	12,67
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.885.204,80	6.294.260,00	86.688,00	8.266.152,80
Benefícios direto e indireto	0	1.559.484,82	0	1.559.484,82
Participações em comitês	788.582,40	0	0	788.582,40
Outros	0	0	0	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	6.658.832,81	0	6.658.832,81
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>Pós-emprego</b>	0	0	0	0
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0	7.767.831,51	0	7.767.831,51
<b>Observação</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total da remuneração</b>	2.673.787,20	22.280.409,14	86.688,00	<b>25.040.884,34</b>

<b>Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	9,67	7,00	3,00	19,67
Nº de membros remunerados	7,33	7,00	3,00	17,33
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.724.000	5.493.131,74	235.593,60	8.192.725,34
Benefícios direto e indireto	0,00	1.483.232,71	0,00	1.483.232,71
Participações em comitês	740.000	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	4.048.823,04	0,00	4.048.823,04
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessaç�o do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em a�es (incluindo op�oes)</b>	0,00	4.192.668,26	0,00	4.192.668,26
<b>Observa�o</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total da remunera�o</b>	2.464.000,00	15.217.855,75	235.593,60	17.917.449,35

<b>Remunera�o total do exerc�cio social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administra�o</b>	<b>Diretoria Estatut�ria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>

Nº total de membros	10,58	5,83	1,58	17,99
Nº de membros remunerados	7,75	5,83	1,58	15,16
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.461.000,00	3.686.440,04	92.980,74	5.240.420,78
Benefícios direto e indireto	129.250,00	249.536,68	8.209,26	386.995,94
Participações em comitês	892.825,44	0,00	0,00	892.825,44
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	5.828.998,54	0,00	5.828.998,54
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessaçã o do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total da remuneração</b>	2.483.075,44	9.764.975,26	101.190,00	12.349.240,70

### 8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

#### Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31/12/2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	6	0	14
Nº de membros remunerados	6	6	0	12

<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	13.460.250,00	-	13.460.250,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	13.460.250,00	-	13.460.250,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	13.460.250,00	-	13.460.250,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.029.100,00	-	3.029.100,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.087.300,00	-	9.087.300,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	6.058.200,00	-	6.058.200,00

**Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2023**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	7,42	6,25	1,00	14,67
<b>Nº de membros remunerados</b>	5,42	6,25	1,00	12,67
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.922.300,00	-	3.922.300,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.766.900,00	-	11.766.900,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	7.844.600,00	-	7.844.600,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	6.658.832,81	-	6.658.832,81
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
-----------------------------------------------------------------------	---	---	---	---

**Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2022**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	9,67	7,00	3,00	19,67
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	7,00	0,00	7,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.684.240,00	-	2.684.240,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.052.720,00	-	8.052.720,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	5.368.480,00	-	5.368.480,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	4.048.823,04	-	4.048.823,04
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

**Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2021**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
--	----------------------------------	------------------------------	------------------------	--------------

<b>Nº total de membros</b>	7,00	8,00	0,00	15,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	8,00	0,00	8,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.979.222,00	-	1.979.222,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.937.696,00	-	5.937.696,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.898.464,00	-	3.898.464,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	5.828.998,54	-	5.828.998,54
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

#### **8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

Em 3 de fevereiro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram a criação do Plano de Incentivo Baseado em Ações, que tem por objetivo conferir aos seus beneficiários a oportunidade de adquirir ações de emissão da Companhia com vistas a: (i) gerar um maior alinhamento de interesses destes beneficiários com os acionistas da Companhia na busca de um crescimento sustentável dos negócios da Companhia; (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia; (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os beneficiários, buscando um comprometimento de longo prazo desses com os objetivos da Companhia; e (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

O Plano é formado por dois modelos de incentivos baseados em ações de emissão da Companhia, o Modelo de Opções de Compra de Ações e o Modelo de Outorga de Ações Restritas, e estabelece os termos e condições para a outorga, pela Companhia.

Os Programas de Opção de Compra de Ações e/ou Programas de Outorga das Ações Restritas são criados pelo Conselho de Administração da Companhia. A adesão dos beneficiários aos Planos depende da celebração de um contrato entre o beneficiário e a Companhia contendo as regras, termos e condições aplicáveis, que deverão ser cumpridas pelo beneficiário para fazer jus aos benefícios do Plano e do respectivo Programa de Opções e/ou Programa de Ações Restritas.

Em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, nos termos e condições constantes do Anexo I a esta ata, o qual foi autenticado pela Mesa e ficou arquivado na sede da Companhia. Foi consignado que o 1º Programa de Opção de Compra de Ações estará limitado a um total de até 5.236.439 ações ordinárias, correspondentes a 0,67% do capital social da Companhia naquela data. Neste 1º Programa, as Opções serão conferidas ao beneficiário em 3 (três) lotes anuais, que poderão ser exercidos ao final de cada período de 12 (doze) meses, a partir do 1º (primeiro) aniversário do respectivo Contrato, de acordo com o cronograma definido em contrato e desde que o beneficiário continue vinculado à Companhia.

Em 12 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, no contexto da aprovação anual de Programas de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia, nos termos e condições do Plano e do Programa constante do Anexo I a esta ata, o qual foi autenticado pela Mesa e ficou arquivado na sede da Companhia. Foi consignado que o 2º Programa de Opção de Compra de Ações estará limitado a um total de até 7.836.050 ações ordinárias destinadas aos beneficiários administradores e até 6.092.179 ações ordinárias destinadas aos beneficiários não administradores, cabendo ao Diretor Presidente a individualização deste limite entre os beneficiários por ele selecionados, nos termos do Plano de ILP. Neste 2º Programa, as Opções serão conferidas ao beneficiário em 3 (três) lotes anuais,

que poderão ser exercidos ao final de cada período de 12 (doze) meses, a partir do 1º (primeiro) aniversário de outorga das opções, considerada 03 de março de 2023, de acordo com o cronograma definido em contrato e desde que o beneficiário continue vinculado à Companhia.

Em 03 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas. Foi consignado que o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas estará limitado a um total de até 135.429 ações ordinárias, correspondentes a 0,02% do capital social da Companhia na data de aprovação do Programa, e que o Limite 1º Programa de Outorga de Ações Restritas deverá ser considerado em conjunto e de forma agregada com o limite de ações objeto das opções de compra a serem outorgadas no 2º Programa de Opção de Compra de Ações aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2023. Dessa forma, quaisquer ações que venham a ser outorgadas no contexto deste 1º Programa de Outorga de Ações Restritas deverão ser deduzidas do Limite 2º Programa de Opção de Compra de Ações. Com vistas à fixação de uma data uniforme para a outorga das ações restritas, os Conselheiros determinaram que, para todos os fins aplicáveis, a Data de Outorga dos Contratos de Outorga a serem celebrados com os beneficiários do 1º Programa de Outorga de Ações Restritas será o dia 03 de maio de 2023, independentemente da data de assinatura dos respectivos contratos.

Seguem abaixo as características do Plano:

**(a) Termos e condições gerais**

Data de Aprovação. Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 3 de fevereiro de 2022.

Classe de ações a serem exercidas. Ordinárias.

Beneficiários. Serão as pessoas referidas no artigo 168, §3º, da Lei das S.A., consideradas pelo Conselho de Administração como estratégicas para viabilizar o desenvolvimento da Companhia.

Limite Quantitativo. O limite máximo de ações que poderão ser adquiridas e/ou concedidas é de 5% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano (“Limite Global de Outorga”).

Períodos de Carência (vesting):

*Modelo de Opções de Compra de Ações:* Caberá ao Conselho de Administração, em cada Programa de Opções, estabelecer os prazos para aquisição do direito de exercer as Opções, incluindo eventual definição, se for o caso, de (i) prazo de carência para aquisição do direito de exercício das Opções; e (ii) os prazos e as condições para exercício das Opções outorgadas, incluindo eventual prazo limite para o exercício total ou parcial das opções.

*Modelo de Outorga de Ações Restritas:* A transferência pela Companhia ao beneficiário das Ações Restritas será realizada da seguinte forma: (i) 25% do total de Ações Restritas outorgadas

serão transferidas ao beneficiário ao final do 1º e 2º aniversários do Contrato de Outorga de Ações Restritas, respectivamente; e (ii) 50% do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 3º aniversário do Contrato de Outorga de Ações Restritas.

Prazo de Vigência do Plano. O Plano terá vigência até atingimento do Limite Global de Outorga, permanecendo válidas e em vigor todas as suas regras em relação aos beneficiários que tenham celebrado Contratos de Outorga.

**(b) Data de aprovação e órgão responsável**

Em 3 de fevereiro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram a criação do Plano de Incentivo Baseado em Ações. Em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de Opção de Compra de Ações. Em 12 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou a criação do 2º Programa de Opção de Compra de Ações. Em 03 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou no âmbito do Plano de ILP, o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas.

**(c) Número máximo de ações abrangidas**

Poderão ser transferidas aos beneficiários, no contexto do Plano, considerando, em conjunto, a outorga das Opções dentro do Modelo de Opções de Compra de Ações e a outorga de Ações Restritas dentro do Modelo de Ações Restritas, até, no máximo, 39.237.369 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias, que representam até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.

**(d) Número máximo de opções a serem outorgadas**

Poderão ser outorgadas aos beneficiários, no contexto do Plano, até, no máximo, 39.237.369 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentas e sessenta e nove) Opções, cada uma dando direito à subscrição de uma ação de emissão da Companhia.

**(e) Condições de aquisição de ações**

As opções de ações dos Planos somente poderão ser exercidas de acordo com os termos e condições descritos no item “a” acima.

**(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício das Opções é equivalente à média por volume das cotações de fechamento das ações de emissão da Companhia dos últimos 60 (sessenta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (a ser determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa de Opções), anteriores à data da outorga da Opção (“Média dos Pregões”).

A concessão das Ações Restritas será realizada a título gratuito aos beneficiários, observados os termos do Plano e nos respectivos Programas, e as regras contidas em cada Contrato.

**(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

No que tange ao Modelo de Opções de Compra de Ações, caberá ao Conselho de Administração, em cada Programa, estabelecer os prazos para aquisição do direito de exercer as Opções, incluindo eventual definição, se for o caso, de (i) prazo de carência para aquisição do direito de exercício das Opções; e (ii) os prazos e as condições para exercício das Opções outorgadas, incluindo eventual prazo limite para o exercício total ou parcial das opções.

Em relação ao Modelo de Outorga de Ações Restritas, a transferência pela Companhia ao beneficiário das Ações Restritas será realizada da seguinte forma: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 1º e do 2º aniversários do Contrato de Outorga de Ações Restritas, respectivamente; e (ii) 50% (cinquenta por cento) do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 3º aniversário do Contrato de Outorga de Ações Restritas. Além disso, a efetiva transferência das Ações Restritas para o beneficiário ficará condicionada ao cumprimento das demais condições e prazo previstos no Plano, nos Programas de Ações Restritas e nos Contratos de Outorga de Ações Restritas.

**(h) Forma de liquidação**

Os preços de exercício das Opções serão pagos pelos beneficiários na forma e prazos determinados pelo Conselho de Administração e fixados em cada Programa.

**(i) Restrições à transferência das ações**

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer períodos mínimos de indisponibilidade durante o qual o beneficiário não poderá ceder, alienar ou, de qualquer forma, transferir as Ações.

**(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Limite Global de Outorga

O Limite Global de Outorga poderá ser ajustado, sem a prévia aprovação da assembleia geral, se o número de ações de emissão da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos das ações de emissão da Companhia.

Observadas as limitações estabelecidas no Plano em relação à alteração do Limite Global de Outorga, o Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo: (i) alterar e extinguir Programas ou o Plano em si; (ii) aprovar Programas; e (iii) regular os casos omissos. Em qualquer caso, eventuais alterações ou extinção de Programas ou do Plano em si não poderão afetar os termos e condições dos Contratos de Outorga que já tiverem sido celebrados com os beneficiários, sem a anuência destes e o Conselho de Administração não poderá aumentar o Limite Global de Outorga.

Reorganização Societária

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outro tipo de reorganização societária da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as Opções e/ou Ações Restritas dos Programas em vigor, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo beneficiário anteriormente à extinção da Companhia. Após o referido prazo, o Plano terminará e todas as Opções não exercidas e/ou Ações Restritas ainda não transferidas para o beneficiário caducarão para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano.

**(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de desligamento do participante dos Planos por demissão, destituição ou rescisão, com ou sem justa causa, aposentadoria ou falecimento ou incapacidade permanente, os direitos a ele conferidos de acordo com os Planos poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir:

Destituição Motivada do cargo ou Desligamento Motivado. Na hipótese, conforme aplicável, de destituição do cargo ou desligamento do beneficiário, por qualquer das hipóteses previstas no respectivo Contrato de Outorga, o beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia ou qualquer outra formalidade, a totalidade das Opções a ele outorgadas que ainda não tenham sido exercidas e/ou a totalidade das Ações Restritas a ele outorgadas que ainda não tenham sido transferidas, independentemente de terem sido cumpridas ou não as condições de exercício ou recebimento.

Aposentadoria. Na hipótese de aposentadoria do beneficiário, o beneficiário permanecerá titular (i) das Opções a ele outorgadas, independentemente do cumprimento das condições de exercício; (ii) das Ações Restritas a ele outorgadas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos no Plano.

Destituição Imotivada do Cargo ou Desligamento Imotivado, ou por Mútuo Acordo. Nas hipóteses de destituição do cargo ou desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas, o beneficiário (i) perderá a totalidade das Opções e/ou das Ações Restritas outorgadas pela Companhia cujas condições para exercício ou recebimento ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas de pleno direito; (ii) permanecerá titular (a) das Opções cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos; e (b) das Ações Restritas a ele outorgadas cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos neste Plano.

Renúncia ao cargo ou Desligamento Voluntário. Nas hipóteses de renúncia ao cargo ou desligamento do beneficiário por iniciativa própria, a pedido do próprio beneficiário, conforme

aplicável, o beneficiário, (i) perderá a totalidade das Opções e/ou das Ações Restritas outorgadas pela Companhia cujas condições para exercício ou recebimento ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas de pleno direito, e (ii) permanecerá titular das Opções a ele outorgadas cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas pelo beneficiário no prazo de até 30 (dias) contados da renúncia ou desligamento, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos.

Falecimento e Incapacidade Permanente. Nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente do beneficiário, o beneficiário (i) permanecerá – por meio dos seus sucessores ou seus representante(s) legal(ais), conforme o caso – titular (a) das Opções cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos; (b) das Ações Restritas a ele outorgadas cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos neste Plano; e (ii) terá antecipado, o direito de (a) exercer as demais Opções da Companhia a ele outorgadas, as quais poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga como se as condições para exercício tivessem sido cumpridas; (b) receber as demais Ações Restritas a ele outorgadas. Transcorrido o prazo de exercício sem que as Opções tenham sido exercidas pelos sucessores ou representante(s) legal(ais) do beneficiário as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário ou a seus sucessores no âmbito do Plano.

O Conselho de Administração, mediante proposta do Diretor Presidente, poderá, a seu exclusivo critério, flexibilizar as regras acima mencionadas.

### **8.5 - Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

#### **Remuneração baseada em ações – previsto para o exercício social encerrado em 31/12/2023**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	7,42	6,25
<b>Nº de membros remunerados</b>	5,42	6,25
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	1.743.870

(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	0,00%	0,22%

(\*) Embora a Companhia estime a realização de novas outorgas de opções de compra de ações no âmbito do plano descrito no item 8.4, neste momento ainda não foram definidas informações acerca da data e quantidade de opções a serem outorgadas. Não obstante, a Companhia reitera que outorgas que venham a ser realizadas observarão a diluição máxima descrita no item 8.4 acima.

### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	7	7
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	1.782.502
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	-	0,23%

(1) Não aplicável, tendo em vista que a primeira outorga realizada pela Companhia no âmbito do plano descrito no item 8.4 ocorreu ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não havia opções em aberto no início de tal exercício.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que não houve reconhecimento de quaisquer opções de compra de ações que tenham sido outorgadas pela Companhia a seus administradores no resultado de 2021.

### 8.6 - Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
--	----------------------------------	------------------------------

<b>Nº total de membros</b>	N/A	6,25
<b>Nº de membros remunerados</b>	N/A	6,25
Data de outorga	N/A	A definir
Quantidade de opções outorgadas	N/A	A definir
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	A definir
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	A definir

(\*) Embora a Companhia estime a realização de novas outorgas de opções de compra de ações no âmbito do plano descrito no item 8.4, neste momento ainda não foram definidas informações acerca da data e quantidade de opções a serem outorgadas. Não obstante, a Companhia reitera que outorgas que venham a ser realizadas observarão o valor previsto no item 8.2 com relação à proporção da despesa a ser reconhecida no resultado do exercício social corrente. Nesse sentido, foram consideradas, de forma exclusivamente indicativa, as características da outorga realizada em 2022.

### Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	N/A	6,25
<b>Nº de membros remunerados</b>	N/A	6,25
Data de outorga	N/A	mar/23
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.743.871
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	7,82
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	13.637.071,19

## Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7
Nº de membros remunerados	N/A	7
Data de outorga	N/A	Mar/22
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.782.502
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	10,05
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	17.914.145,10

No exercício social de 2021, não houve outorga de opções de compra pela Companhia.

### 8.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social

#### Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	6,25	7,42
Nº de membros remunerados	6,25	5,42
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	1.743.871	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	2025	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	6 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	9,57	N/A

Valor justo das opções no último dia do exercício social	7,82	N/A
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

#### **Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022**

	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho de Administração</b>
<b>Nº total de membros</b>	7	9,67
<b>Nº de membros remunerados</b>	7	0
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	1.782.502	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	2024	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	6 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	12,71	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	10,05	N/A
<b>Opções exercíveis</b>		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A

Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

**8.8 - Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais**

Não aplicável, tendo em vista que não houve exercício de opções de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

**8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Em 2023, 2022 e 2021 não foi reconhecida qualquer remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, no resultado da Companhia e não há previsão para o exercício social corrente.

**8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Não houve outorgas nos 3 últimos exercícios sociais e não há nenhuma outorga prevista para o exercício social corrente.

**8.11 - Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais:**

Não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais nem há previsão para o exercício social corrente.

**8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

**(a) Modelo de precificação**

O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga, no âmbito do Plano de Opção 2022 foi o método Black & Scholes.

**(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Foram utilizadas as seguintes premissas para obter o valor justo das opções outorgadas em 2023:

- Preço de exercício: Média dos últimos 60 pregões da data de outorga

- Volatilidade esperada: 45%

- Rendimento de dividendo esperado: 0,4%

	Na data de outorga	1º ano da data da outorga	2º ano da data da outorga	3º ano da data da outorga	4º ano da data da outorga
<b>Preço atual (esperado) das ações</b>	9,57	11,01	12,66	14,55	16,74
<b>Preço de exercício</b>	9,57	9,57	9,57	9,57	9,57
<b>Volatilidade esperada</b>	45%	45%	45%	45%	45%
<b>Rendimento esperado do dividendo</b>	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%
<b>Valor justo da opção</b>	7,82	7,82	7,82	7,82	7,82

**(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

O programa de outorga de opções não permite o exercício antecipado da opção.

**(d) Forma de determinação da volatilidade esperada**

Volatilidade histórica do Plano de Opções foi calculada com base na média anual da volatilidade das ações da Companhia desde o início de suas negociações em mercado.

**(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Foi utilizada a premissa de crescimento das ações de 15% ao ano a partir da data de outorga.

Foram utilizadas as seguintes premissas para obter o valor justo das opções outorgadas em 2022:

- Preço de exercício: Média dos últimos 60 pregões da data de outorga

- Volatilidade esperada: 45%

- Rendimento de dividendo esperado: 0,4%

	Na data de outorga	1º ano da data da outorga	2º ano da data da outorga	3º ano da data da outorga	4º ano da data da outorga
<b>Preço atual (esperado) das ações</b>	12,71	14,62	16,81	19,33	22,23
<b>Preço de exercício</b>	12,71	12,71	12,71	12,71	12,71
<b>Volatilidade esperada</b>	45%	45%	45%	45%	45%
<b>Rendimento esperado do dividendo</b>	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%
<b>Valor justo da opção</b>	10,05	10,05	10,05	10,05	10,05

**(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

O programa de outorga de opções não permite o exercício antecipado da opção.

**(d) Forma de determinação da volatilidade esperada**

Volatilidade histórica do Plano de Opções foi calculada com base na média anual da volatilidade das ações da Companhia desde o início de suas negociações em mercado.

**(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Foi utilizada a premissa de crescimento das ações de 15% ao ano a partir da data de outorga.

**8.13 – Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

A Companhia esclarece que, exceto pelas ações de emissão da Companhia, os administradores e membros do Conselho Fiscal não detinham em 31 de dezembro de 2023 quaisquer ações de emissão de controladas da Companhia, controladores da Companhia ou de sociedades sob

controle comum. Seguem abaixo as informações acerca das ações de emissão da Companhia detidas.

<b>Órgão</b>	<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(%) Capital Social</b>
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	3.796.142	0,48%
Diretoria	Ações Ordinárias	100.146.341	12,76%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	N/A	N/A.

#### **8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não patrocina plano de previdência em benefício de seus administradores.

**8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
<b>Nº de membros</b>	6,25	7	5,83	7,42	9,67	10,58	1,00	3	1,58
<b>Nº de membros remunerados</b>	6,25	7	5,83	5,42	7,33	7,75	1,00	3	1,58
<b>Valor da maior remuneração</b>	6.685.751,70	4.099.093,89	3.034.543,52	653.044,80	604.000,00	614.000,00	86.688,00	78.531,20	42.169,70
<b>Valor da menor remuneração</b>	1.024.921,87	1.511.608,52	2.680.106,96	147.859,20	460.000,00	325.000,00	86.688,00	78.531,20	0
<b>Valor médio da remuneração</b>	3.182.915,56	2.173.979,39	1.674.952,87	420.988,00	336.000,00	320.396,83	86.688,00	78.531,20	64.044,30

## Observações

<b>Diretoria Estatutária</b>	
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

<b>Conselho de Administração</b>	
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual

	percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

<b>Conselho Fiscal</b>	
31/12/2023	O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e no exercício de 2023 não foi instalado. Por conta disso, a remuneração informada corresponde à parcela da remuneração do Conselho Fiscal instalado no exercício de 2022 que foi reconhecida no exercício de 2023, tendo em vista que o Conselho Fiscal atuou até a assembleia geral ordinária de 2023.
31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. No caso do conselho fiscal, não tivemos membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício para cálculo da remuneração mínima.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. No caso do conselho fiscal, não tivemos membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício para cálculo da remuneração mínima.

**8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 8.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções e/ou aposentadoria.

**8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Exercício social a ser encerrado em 31/12/2024</b>	0%	100%	-
<b>Exercício social a ser encerrado em 31/12/2023</b>	0%	100%	-
<b>Exercício social encerrado em 31/12/2022</b>	0%	100%	0%
<b>Exercício social encerrado em 31/12/2021</b>	0%	100%	0%

Os membros do Conselho de Administração que fazem parte do bloco de controle da Companhia são também Diretores Estatutários e são remunerados apenas pelas suas funções na Diretoria Estatutária.

**8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia não receberam nos últimos três exercícios sociais nem há previsão de recebimento no exercício social corrente de qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

**8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, indicar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do Conselho Fiscal da Companhia referente aos últimos três exercícios sociais foi reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia e não há previsão de tal reconhecimento no exercício social corrente.

## **8.20 - Outras informações relevantes**

### Combinação de Negócios com a Cia Hering – efeitos em relação a plano de opção de compra de ações

Em 26 de abril de 2021, a Companhia e a Cia Hering celebraram um Acordo de Associação e Outras Avenças, alterado por meio do Aditivo ao Acordo de Associação e Outras Avenças, de 02 de julho de 2021, o qual também foi celebrado pela Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas Ltda. (“Cidade Maravilhosa” e “Acordo”, respectivamente), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação de uma combinação dos negócios entre a Companhia e a Hering (“Combinação de Negócios”), pela qual os acionistas de Cia. Hering passaram a ser acionistas da Companhia.

As 2.442.864 opções que existiam em aberto em Cia Hering, no âmbito de planos de opção de compra de ações (*Stock Options*) e as 566.271 ações restritas, todas em circulação, foram antecipadas e outorgadas aos beneficiários no ano de 2021, não restando nenhuma obrigação sob nenhum dos planos, os quais serão integralmente cancelados até o fechamento da Operação. Para maiores informações sobre a Operação, vide seções 4.1 e 6.6 do Formulário de Referência.

### Junção de Negócios com a Arezzo Indústria e Comércio S.A. – efeitos em relação a remuneração da administração para o exercício social previsto para 2024

A remuneração proposta para os administradores para o exercício social de 2024 inclui um montante relativo ao pagamento de um bônus de retenção a administradores da Companhia no contexto da junção dos negócios da Companhia com a Arezzo Indústria e Comércio S.A. (“Arezzo”) e unificação das respectivas bases acionárias, conforme o item 2.2.3 do Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado em 4 de fevereiro de 2024, entre a Companhia, Arezzo e seus respectivos acionistas de referência.